



TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO EM SOCIEDADE LTDA

GERALDO C GUITTI

CNPJ Nº. 28.360.435/0001-66

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito;

GERALDO CARDOSO GUITTI, brasileiro, divorciado, nascido em 03/06/1957 na cidade de ITÚ – SP, empresário, portador da cédula de identidade RG. nº 7.999.558 SSP/SP., e do CPF/MF. sob nº 795.859.148-91 residente e domiciliado à Rua Augusto Francischinelli nº 1.200, Vila Esperança - CEP. 13311-610, na cidade de Itu, Estado de São Paulo, doravante denominado **GERALDO**;

Titular da empresa registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE nº 35.140.034.90-0 em sessão de 07/08/2017 e CNPJ nº 28.360.435/0001-66 sob o nome empresarial GERALDO C GUITTI, com sede na Rua Pensilvânia nº 1439 – Casa 1, bairro Cidade Monções, CEP. 04564-004, nesta Capital de São Paulo, fazendo uso do que permite o artigo 1.052, da Lei nº. 13.874 de 20.09.2019, ora transforma seu registro de EMPRESARIO passando a constituir o tipo jurídico de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual se regerá, doravante, pelo CONTRATO SOCIAL conforme cláusulas a seguir:

1. A sociedade que ora se constitui, assume a responsabilidade de todo ativo e passivo do Requerimento de Empresário sucedido, garantindo todos os direitos a seus credores e mantendo os móveis, utensílios e acessórios, sem haver interrupção de continuidade de espécie alguma.
2. Fica transformado de Empresário em LTDA, sob o nome empresarial de DKSA COMERCIAL LTDA, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.
3. O Capital social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), é elevado neste ato com a integralização de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em moeda corrente nacional, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas, com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, detido em sua totalidade pelo socio GERALDO, já qualificado no preambulo deste contrato.
4. A empresa mantém todas as suas atividades, apenas atualizando o texto de seu objeto social que passa a ser:
A empresa tem por objeto social o comercio de produtos de materiais de construção, materiais de uso médico, odontologico e hospitalar, moveis, colchoaria, cama, mesa e banho, artigos de vestuário, cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal, artigos fotograficos, filmagem e iluminação, e o comercio de produtos eletrônicos em geral. Serviços de engenharia, pintura em edificios, obras de engenharia civil e demolição.

A alteração acima mencionada passa a fazer parte integrante da Consolidação do Contrato Social, passando a sociedade a partir desta data a reger-se unicamente por este, e pelas disposições legais da Lei nº. 10.406 de 10/01/2002 e demais legislações aplicáveis.

DKSA COMERCIAL LTDA

CNPJ Nº. 28.360.435/0001-66

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE SOCIAL E FORO

Cláusula 1ª. - A Sociedade Empresária Limitada gira sob a denominação social de **DKSA COMERCIAL LTDA** com sua sede social e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Pensilvânia nº 1439 – Casa 1, bairro Cidade Monções, CEP. 04564-004, podendo abrir ou fechar filiais e escritórios em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, por deliberação dos sócios.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 2ª. - A empresa tem por objeto social o comercio de produtos de materiais de construção, materiais de uso médico, odontológico e hospitalar, moveis, colchoaria, cama, mesa e banho, artigos de vestuário, cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal, artigos fotográficos, filmagem e iluminação, e o comercio de produtos eletrônicos em geral. Serviços de engenharia, pintura em edificios, obras de engenharia civil e demolição.

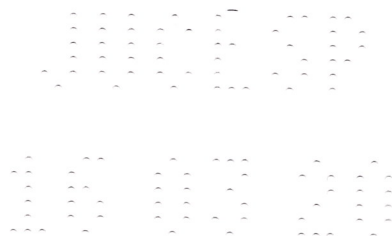
DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 3ª. - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 4ª - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional é de R\$. 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal de R\$. 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre os sócios quotistas:

S ó c i o s	Quotas	%	Valor R\$.
Geraldo Cardoso Guitti	200.000	100,00	200.000,00
-	-	-	-
Total	200.000	100,00	200.000,00



Parágrafo 1º - Nos termos do Art. 1052 da Lei Nº. 10.406 de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma dela corresponderá um voto nas deliberações sociais.

Parágrafo 3º - Os sócios declaram não estarem incursos em crime ou restrição que os impeçam de exercer a atividade comercial nos termos do parágrafo 1º do artigo 1.011 da Lei Nº. 10.406 de 10.01.2002.

CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Cláusula 5ª - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, exceto mediante autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá aos procedimentos estabelecidos na cláusula sexta.

Cláusula 6ª - As quotas somente poderão ser cedidas a terceiros após terem sido oferecidas preferencialmente aos sócios, por notificação com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, para que possam exercer ou não, o direito de preferência. Decorrido esse prazo e observada a igualdade de condições, podem ser oferecidas a terceiros, estranhos à sociedade.

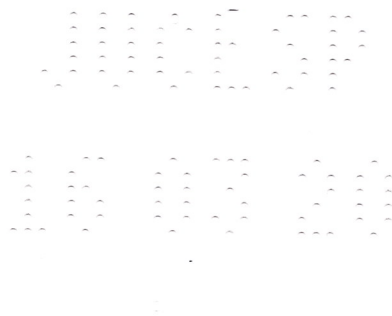
Parágrafo 1º - A notificação deverá conter a quantidade de quotas e o preço por elas exigido.

Parágrafo 2º - Na hipótese de todos os sócios manifestarem o direito de preferência, a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que possuírem. Se apenas parte dos sócios exercerem esse direito, os demais poderão, no prazo adicional de dez dias, adquirirem, mediante rateio, as quotas disponíveis.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Clausula 7ª - A sociedade será administrada isoladamente pelo sócio **GERALDO**, por prazo indeterminado, os quais ficam investidos dos mais amplos poderes para assinar e representar a sociedade individualmente em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante bancos, instituições financeiras e terceiros em geral e todas e quaisquer repartições e autoridades federais, estaduais e municipais.

Parágrafo 1º. - Os sócios poderão designar Administradores não sócios para exercerem a administração da sociedade, e dependerá da aprovação dos sócios que detém a maioria do capital social, os administradores serão designados em reunião de sócios quotistas, cuja Ata será levada a registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, valendo como comprovante adequado da designação.



Parágrafo 2º - As procurações outorgadas pela sociedade, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão conter um período de validade limitado de 12 (doze) meses, com exceção daquelas para fins judiciais.

Parágrafo 3º. - Os sócios no exercício da administração da sociedade terão direitos a uma retirada mensal, a título de "Pró - Labore", em valor a ser fixado de comum acordo em reunião dos sócios.

Parágrafo 4º. - Os sócios e Administradores declaram não estarem incursos em crime ou restrição que os impeçam de exercer atividade comercial nos termos do parágrafo 1º do artigo 1.011 da Lei Nº. 10.406 de 10.01.2002.

Parágrafo 5º. - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos de qualquer dos sócios, administradores ou procuradores que a envolver em obrigações relativas a negócios estranhos aos objetivos sociais, salvo se expressamente autorizado pelos sócios representando a maioria do capital social.

REUNIÃO DE QUOTISTAS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 8ª - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social será convocada Reunião de Quotistas pela administração da sociedade, para deliberação e aprovação do Balanço Patrimonial, destinação dos Resultados e demais contas, a pauta dos trabalhos e deliberações tomadas serão lavradas em livro de Reuniões de quotistas e assinada por todos os presentes.

Parágrafo 1º. - As reuniões serão convocadas por intermédio de carta registrada ou protocolada com antecedência mínima de dez dias, especificando dia, hora e o local da reunião e os assuntos a serem deliberados.

Parágrafo 2º. - Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem por escrito cientes do local, data, hora e ordem do dia da reunião.

RETIRADA E EXCLUSÃO DE SÓCIO

Cláusula 9ª. - Qualquer sócio poderá retirar-se da sociedade, mediante notificação aos demais sócios com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias a qualquer tempo por vontade própria, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, pela falta de afeição, com base no comando legal do art. 1029, da Lei 10.406/2002, além de outras razões de foro íntimo, sendo seus haveres, direitos e deveres apurados pelo levantamento de balanço especial para este fim, e pago ou recebido em parcelas mensais e consecutivas, acrescidas dos juros legais.

Cláusula 10ª. - Por deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, qualquer sócio poderá ser excluído da sociedade, sem necessidade de prévia notificação, que no entendimento dos sócios que detem a maioria do capital social, esteja pondo em risco a idoneidade moral, financeira e continuidade da sociedade, por falta grave no cumprimento de suas obrigações para com a sociedade e demais sócios e incursões em crimes previstos na legislação vigente.

Cláusula 16ª. - Ao final de cada exercício social, serão elaborados as Demonstrações Financeiras e o Balanço Geral da sociedade em conformidade com as disposições legais e a Legislação vigente, os lucros líquidos ou prejuízos apurados terão a aplicação que lhes for determinada pelos sócios que representem a maioria do capital social em reunião de quotistas conforme previsto na cláusula 8ª deste Contrato.

Cláusula 17ª. - Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, e nele o Fórum João Mendes Junior, com exclusão de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que sejam para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato social.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de uma testemunha que a tudo assistiu, para o regular arquivamento perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo para fins de direito.


São Paulo, 17 de fevereiro de 2020



PAULO CARDOSO GUITTI

Testemunhas:

Testemunhas:



Guilherme Miranda - RG nº 35.093.304-2 SSP.SP

